

UM INDECIDÍVEL DISCURSO DO EU, ENTRE FICÇÃO E TESTEMUNHO: A PROPÓSITO DE DERRIDA LEITOR DE BLANCHOT

Oswaldo FONTES FILHO*

- **RESUMO:** Nas leituras literárias de Derrida o pensamento “padece” das alteridades e desvios do gesto estilístico. Razão porque o filósofo se detém com particular interesse em *L’instant de ma mort*, elíptica narrativa blanchotiana que confia à voz literária a expressão do intraduzível sentimento da própria morte. O testemunho veraz, obcecado pelos jogos de enunciação do ficcional – no que Derrida chama “o lugar passional da escrita literária” –, recorta diversamente a questão da atestação autobiográfica. A exigência de veracidade, sinceridade e objetividade da instância autoral vê-se ali submetida a uma “cumplicidade perturbadora entre a ficção e o testemunho”. Este artigo percorre em *Demeure* (1998) alguns lugares da hermenêutica derridiana, em sua frequência do que permanece inconfessável na narrativa suspensiva do Eu blanchotiano, modo de surpreender a voz autobiográfica em suas afasias de fundo.
- **PALAVRAS-CHAVE:** Jacques Derrida. Maurice Blanchot. Testemunho. Ficção. Discurso do eu.

“Escrever sua autobiografia, seja para se confessar, seja para se analisar, seja para se expor aos olhos de todos, à maneira de uma obra de arte, talvez seja procurar sobreviver, mas por um suicídio perpétuo – morte total enquanto fragmentária. Escrever-se é deixar de ser para se confiar a um hóspede – outrem, leitor – que não terá doravante por tarefa e por vida senão sua inexistência.” (BLANCHOT, 1980, p. 105).

Assume crescente importância nos textos dos últimos anos de produção de Jacques Derrida um pensamento do acontecimento: “O que fazer com o que advém?”. A questão marca ali indistintamente os temas da hospitalidade, do dom, do perdão, do segredo, da amizade, do testemunho. O reflexo ético de tal insistência parece claro: o que Derrida chama o “fantasma do indecível” solicita a cada

* UNIFESP – Universidade Federal de São Paulo. Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Departamento de História da Arte. Guarulhos – SP – Brasil. 07112-000 – osvaldo.fontes@unifesp.br

acontecer uma subjetividade refratária às instâncias da adequação a si; um Eu afeito à (ou desfeito pela) interpelação inderivável dos eventos.

Dizer a “singularidade incalculável e excepcional” do acontecimento é propósito que em Derrida solicita uma linguagem (do) impossível, às bordas do ilegível – ou, ao menos, uma desconfiança quanto a toda forma de apropriação da língua. Ele solicita, ainda, uma hermenêutica de dificultosa sustentação, feita de astuta obliquidade filosófica e de direta sensibilidade aos desvios ficcionais. Não é, pois, casual que em dado momento essa tarefa sinalize ao filósofo o trabalho de anomia da ficção: “Oni-potência-outra”, ela perturba a articulação do *logos* como valor de discernibilidade entre o falso e o verdadeiro. É porque a literatura conforma-se no decurso de “[...] acontecimentos de cortes absolutamente singulares, inaugurais, instituintes, sem passado e sem imitação possíveis [...]” (DERRIDA, 2005, p. 79), que ela se mostra passível de assumir a condição de Outro do discurso regrado da filosofia. Seu gênio, irreduzível a axiomas de fechamento ou de completude, lança-se a todas as contaminações e indecisões. Razão porque, conclui Derrida (2005, p. 50), a literatura capacita-se a “[...] retirar ou denegar o poder e o direito de decidir, de optar entre realidade e ficção, testemunho e invenção, concretude e imaginação, imaginação do acontecimento e acontecimento da imaginação.”

Se a literatura joga inocentemente em subverter distinções – com que se compraz uma leitura desconstrutora, ocupada em desrecalcar as escolhas feitas junto a sistemas dicotômicos –, Derrida retira particular proveito reflexivo do fato de a narrativa blanchotiana dispor sobre um “limite indecidível” a partilha entre ficção e testemunho. Tal se dá particularmente em *L’instant de ma mort* (1994), brevíssimo relato onde a voz autoral confia ao literário o testemunho inqualificável da própria morte.

Uma *Prière d’insérer* na edição Galilée de *Demeure*, o texto de Derrida (1998, p. 1, grifo do autor) em torno de *L’instant de ma mort* antecipa o viés dificultoso de uma hermenêutica do testemunho literário:

A testemunha “jura dizer a verdade”, ela promete a veracidade. Mas mesmo onde não cede ao perjúrio, a atestação não pode deixar de entreter uma perturbadora cumplicidade para com a *possibilidade*, ao menos, da ficção. Onde situar, a partir disso, entre atestação e ficção, a literatura? uma história da literatura e uma história *contada* pela literatura? Esta não renuncia a nenhuma das duas possibilidades, a nenhum dos dois riscos (o testemunho e a ficção). Ela não se mantém sobre um limite comum, nos confins equívocos dessas duas linguagens?

Uma “possibilidade impossível de dizer o acontecimento” é motivo fértil nos últimos escritos de Derrida. A expressão “a possibilidade do impossível”, emprestada do pensamento heideggeriano da *Ereignis*, concorre a uma ética

aporética que repensa as figuras da responsabilidade face à “inapropriabilidade do que acontece”. Nos lugares bem conhecidos da lógica derridiana da aporia – a justiça rebelde à regra, o “fantasma do indecível” em cada acontecimento de decisão, a ilegalidade de toda invenção –, uma ética da alteridade propõe o sujeito apartado dos lugares da adequação a si, ao sabor da interpelação inapropriável do acontecer. Assume, pois, interesse para Derrida avaliar a fertilidade desconstrutora da relação testemunho-ficção em literatura. Assim, a leitura da voz literária por parte do filósofo engaja uma reflexão sobre o direito da literatura de dispor (e de decidir acerca) das “virtualidades espectrais” e, por conseguinte, das mentiras, perjúrios e fragmentações do verdadeiro passíveis de matizar todo testemunho real e responsável dos acontecimentos. Com o que avaliar o valor argumentativo de um rebatimento da presumida “irresponsabilidade” da ficção sobre uma “justa referência à verdade”. Com o que, ainda, recortar diversamente a questão de uma partilha da língua, da corresponsabilidade da competência linguística, retórica, ou mesmo pragmática. Desconstruir os conceitos clássicos da veracidade biográfica ou autobiográfica importa em uma intervenção da hermenêutica precisamente ali onde classicamente é devida, por direito, a exclusão da ficção e da arte. “Na origem mesmo do testemunho veraz, da autobiografia de boa fé, da confissão sincera [...]”, torna-se crível estatuir uma compossibilidade essencial: “[...] a possibilidade da ficção e da mentira, do simulacro e da literatura.” (DERRIDA, 1998, p. 49, grifo do autor).

Os recondicionamentos derridianos do testemunho autobiográfico, tomado nos moldes da escrita do desastre em Blanchot, “hospedaria” o outro (a morte mesma), à maneira de uma obra de arte, isto é, manifestaria a verdade concedendo ao leitor a responsabilidade de recebê-la através da mentira ou da ficção. Assim, uma narrativa de bom senso, exigida por um conceito banal de testemunho – no que se poderia tomar por um autobiográfico de boa fé –, cede terreno a um espaço de desconstrução literariamente conformado, onde o que Derrida chama a “loucura da língua” – sua capacidade de ser hóspede-refém (*hôte, otage*) do outro – permite, enfim, a experiência de certa “possibilidade impossível de dizer o acontecimento” (DERRIDA, 2012, p. 235).

*

Blanchot e Derrida são, ambos, meticulosos na tarefa arriscada de provocar a escritura com aquilo que lhe permanece inapreensível, e o pensamento com o que se lhe revela aporético. Assim, tanto o escritor quanto o filósofo repensam os limites de seus respectivos gêneros e de seus dogmas de veracidade e objetividade. Tal engajamento está particularmente caracterizado em suas potencialidades crítico-expressivas junto a um texto particularíssimo, escritura elíptica no jogo com a seriedade e a veracidade do testemunho.

De fato, *L'instant de ma mort* é texto elíptico ao extremo, com ares de narrativa autobiográfica, mas que se detém na intimidade do autor com a morte.

Mesmo porque não há ali nenhuma tentativa de interpretação, nenhuma procura por um sentido a acontecimentos que levaram o protagonista à situação de morte iminente. Lê-se uma única notação discreta de sentimento: “[...] uma sensação de leveza irreal experimentada diante da morte, uma espécie de beatitude (nada feliz, porém).” (BLANCHOT, 1994, p. 10). “Sentimento não analisável”, anota em seguida o narrador, como que a matriz de uma textualidade rarefeita que não admite chave interpretativa. Nada mais. Um livro, dir-se-ia, quase não escrito, uma escritura proposta como intransitiva, indecisa entre o empírico e o essencial, as “linguagens disparatadas” do mundo e o silêncio (à semelhança da morte) “sempre pendente” da literatura. Um livro, enfim, para dar testemunho de um Eu-que-morre, sabedor – como frisa Blanchot (2010, p. 65) em *A conversa infinita* – que é um impostor o Eu que se arvora o “direito arrogante de dizer-se”; e que o Eu-que-morre “[...] não morre nunca como ‘Eu’, em primeira pessoa.”

Ocorre de Derrida propor para esse texto um extraordinário aparelho interpretativo, oito vezes mais extenso que aquele que ele comenta. Em *Demeure/Morada*, uma hermenêutica filosófica das mais severas, exaustiva, escrupulosamente decalca o texto blanchotiano, dá-lhe morada em uma idiorritmia exuberante, porém rigorosa. Se ali é dada morada, para além do texto-objeto, à longa tradição de meditações sobre a morte, sobre o *memento mori*, nenhuma apropriação conceitual parece tergiversar o que de suspensivo permanece no texto literário. Com que apontar, a partir da filosofia – em particular, a partir da conhecida formulação no Heidegger de *Sein und Zeit* do pensamento da morte como uma “possibilidade do impossível” –, para a intendência máxima do escritor, saído da vida sem morrer para a dedicação exclusiva à literatura e ao silêncio que lhe é peculiar.

Em vista da desproporção notável entre os dois volumes, entre o texto e sua hermenêutica, cumpriria desde já indagar sobre a legitimidade de tal inflação discursiva quando se passa do literário ao filosófico, da narrativa à sua interpretação. A indagação se impõe tanto mais quanto se sabe que esse filosófico (essa interpretação) põe-se a trabalhar literalmente entre “[...] a mentira e a verdade, mais precisamente acerca da veracidade biográfica ou autobiográfica de uma testemunha que fala de si mesma e pretende contar não sua vida, mas sua morte, sua quase ressurreição, uma espécie de Paixão – nos limites da literatura.” (DERRIDA, 1998, p. 11).

O emprego do termo “paixão” talvez explique a multiplicação das palavras. A “coisa nomeada ‘literatura’”, explica Derrida (1998, p. 17), teria se conservado para ele como um enigma sem fundo, uma reserva enigmática, uma elipse perto da borda de toda língua. “Nada para mim permanece até o presente momento tão novo e incompreensível, a um tempo próximo e estranho, quanto a coisa nomeada literatura, e por vezes e sobretudo *o nome sem a coisa*”. Derrida (1998, p. 17, grifo do autor) lê a literatura blanchotiana com paixão, mas também *como* paixão, para além de qualquer deposição dos sentidos (a “coisa nomeada”), ou de qualquer

disposição do significante (o “nome sem a coisa”); uma paixão que, ele arremata, “[...] liga-se ao milagroso, fantástico, fantasmático, espectral, à aparição, ao tocar do intocável, à experiência do extraordinário, à história sem natureza, à anomalia.” Razão porque a figura de Derrida leitor de Blanchot presta-se a evidenciar um modo de relação crítico, um modo de pensar o texto literário no que este talvez mais se furte ao filósofo: a ficção, entendida como escritura do que acontece para além das condições de possibilidade e de apropriabilidade do sujeito egológico; escritura, pois, que dá a refletir o desvio da própria língua, seu deslocamento de toda genealogia *bon enfant*, sua traição do gênero, sua *de-generação*; ou então seu desenraizamento do nome/da norma, seu ganho em *a-nomalia*.

Razão, pois, para circunscrever na leitura que dessa ficção propõe Derrida uma inevitável inquietação das partes, quase que um lance de crueldade para com a experiência hermenêutica, como a exigir-lhe a apreensão de uma anomalia da língua *como tal*, isto é, como *o outro* de todo discurso transitivo do saber. O discurso filosófico seria *afetado*, *alterado* em sua essência pelos poderes de dramatização da ficção. E a literatura assumir-se-ia como a *paixão* da filosofia, seu acontecer (TOUDOIRE-SURLAPIERRE, 2006). Tal em vista do que Derrida chama a “Onipotência-outra” da ficção, seu tino de perturbar a articulação do *logos* como valor de discernibilidade entre o falso e o verdadeiro. A “lei da Onipotência-outra da Literatura”, implica que

[...] jamais nos será permitido decidir se a expressão ‘*na realidade*’ contido nas narrativas literárias é ainda imanente à ficção, tal um tremor da sobrecarga ficcional, um efeito suplementar da invenção, seja da ficção autobiográfica, seja ainda do sonho ou da imaginação, ou se, ao contrário, a ficção leva seriamente em conta esse rasgão da malha, ainda que seja para recuperar e recosturar mais adiante, sob mil disfarces, a referência ao que efetivamente se passou, ao que de verdade teve lugar neste lugar, na realidade. (DERRIDA, 2005, p. 19).

Em *L’instant de ma mort*, o que teve lugar uma única vez, numa certa data, num dia de 1944, na vida de seu autor/narrador, a iminência da morte por fuzilamento durante a guerra, parece “não ter lugar” na narrativa, ou melhor, parece ocorrer tão somente na oscilação muito pouco ruidosa entre a ficção e o testemunho. Uma referência assim tão esgarçada “ao que efetivamente se passou” parece requerer uma contra-hermenêutica desconstrutivista, onde ler importaria na “[...] repetição aventureira e sempre agnóstica do que se dá como o sentido do texto lido.” (ARTOUS-BOUVET, 2006). O efeito mais evidente de tal regime de leitura parece ser o de contribuir a um discurso filosófico suspenso às suas derivas, “alterado” em seu anseio congênito por sentidos, e que Derrida chama as “reservas de indecível” da ficção.

*

Quem poderia efetivamente falar do instante de sua própria morte? Quem poderia dizer: eis como vivi minha morte? Um sobrevivente? Um ressurgido da morte? Um resistente? Um alucinado? Aquele que permanece (*demeure*) e aquele que alucina (*demeuré*) partilham rica etimologia, fonte de enigmática costura entre *morrer*, *testemunhar* e *sobreviver*. Assim, com que veracidade poderia emitir uma atestação, no sentido do que se autoriza a falar, a testemunhar sobre um acontecido, aquele para quem sobreviver significa permanecer (*demeurer*) no “tormento da injustiça” por ter sido resgatado *in extremis* da morte em razão de sua pertença a “uma classe nobre”? Com que legitimidade depõe, ainda que apenas literariamente, aquele que se sente assombrado por aqueles outros que, em vista de sua posição social inferior, morreram em seu lugar?

Fato é que a narrativa de Blanchot permite abrir para a questão do poder ambíguo, mesmo fantasmático, do autor, da autoria. A partir daquele “instante” que o narrador de *L’instant de ma mort* acreditou ser sua última hora, uma “pendência” – derradeira palavra do texto – se depreende, isto é, uma autoridade, uma exemplaridade assim como uma iminência, um atraso para consigo mesmo, duplo sentido que faz com que algo possa se escrever, mas para além de um Eu categórico, para além da certeza e da posse de si.

Quem diz “o instante de minha morte”, quem pode ainda escrevê-lo, viveu aquele instante sem viver a morte que ele anunciava. Lê-se nas linhas derradeiras: “O instante de minha morte, doravante sempre em instância/pendente” (BLANCHOT, 1994, p. 20). A frase remete a um instante passado que se prolonga. Um “doravante” assinala que importa falar do futuro de algo passado; importa dizer, nas entrelinhas, confiando o intraduzível ou o não analisável à literatura, como um homem terá tido de viver, terá podido viver, no aguardo de sua real morte. O narrador blanchotiano perdura na pendência da morte. Ele vive como se a espera o tivesse para sempre estigmatizado com todo o peso de uma injustiça; como se esperar fosse já morrer no aguardo da morte. Em tal perspectiva, pergunta-se, que subjetividade assina, doravante, essas linhas? Que instância permite distinguir a parte do sonho e aquela da realidade? *L’instant de ma mort* constituiria mera ficção, ou narrativa de formação – nos modos de uma auto-iniciação à morte? Real balanço dos acontecimentos ou desobra do simulacro literário?

Eis a frase de abertura: “Lembro-me de um adolescente – um homem ainda jovem – impedido de morrer pela própria morte – e talvez por culpa da injustiça.” (BLANCHOT, 1994, p. 7). Derrida (1998, p. 67) sustenta que se poderia “[...] passar anos em torno dessa frase, desse ‘talvez’, cuja modalização ficcionaliza e fragiliza tudo o que se segue, toda a narrativa e toda a interpretação que ela suscita.” Ora, “[...] não se testemunha, no tribunal, perante a lei, a golpes de talvez [...]”, lembra Derrida (1998, p. 68); contudo, o que permanece incompatível, um erro e uma injustiça, pode bem constituir, no relato literário, duas ordens que se cruzam.

Atente-se, agora, a um dos derradeiros parágrafos, momento de narração de uma morte interiorizada, introjetada, cuja incomensurabilidade faz com que a “primeira morte” perca qualquer “privilégio ontológico” (DE VRIES, 1998, p. 40):

Subsistia, porém, no instante em que o fuzilamento era uma mera expectativa, a sensação de leveza que eu não saberia traduzir: libertado da vida? o infinito que se abre? Nem felicidade, nem infelicidade. Nem a ausência de medo e talvez já o passo além. Sei, imagino que essa sensação não analisável mudou o que lhe restava de vida. Como se a morte fora dele não pudesse doravante senão se chocar com a morte dentro dele. Estou vivo. Não, estás morto. (BLANCHOT, 1994, p.16-17, 2010, p. 211).

Se há um sujeito que diz em solilóquio “Estou vivo”, a quem atribuir a voz apostrofante e julgadora do Outro, que afirma: “Não, estás morto”? Sintagma indecomponível que destina a escritura ao desastre e o desastre à escritura. Derrida (1998, p. 62) entende estar às voltas com um documento quase testamentário, condensado ao extremo, como uma prova material, após um silenciar da narrativa literária que durou 32 anos (desde *L’attente l’oubli*). Mas ali, o *Eu*, voz narrativa, cede abruptamente ao *Ele* do narrado para, por fim, derivar obliquamente, em perda de centralidade, a uma fala neutra (o anafórico *nem...nem*), indiferente a todo poder de esclarecimento. Ao analisar tal deriva, a fim de interrogar a instância autoral, Derrida terá propositalmente escolhido uma ficção literária baseada num episódio verídico: Blanchot, “impedido de morrer pela morte mesma”, segundo seus próprios termos, salvo *in extremis* do fuzilamento, em 20 de julho de 1944.

O “instante de *minha* morte” ostenta o título. O emprego do possessivo – contrafação inesperada da suposta impessoalidade da experiência da morte – permite pressupor tratar-se de um testemunho que finalmente vem a público. Ora, o testemunho, avalia Derrida (1998, p. 31), “[...] deveria permanecer estranho à literatura, e, sobretudo na literatura, ao que se dá como ficção, simulação ou simulacro.” Ocorre que uma instância jurídica, uma vez que se trata aqui de testemunho, é irreduzível ao ficcional: “não há testemunho”, lembra Derrida (1998, p. 31), “[...] que em si mesmo não implique estruturalmente a possibilidade da ficção, do simulacro, da dissimulação, da mentira e do perjúrio [...]” – isto é, ele complementa, “[...] a possibilidade também da literatura, da inocente ou perversa literatura que joga inocentemente em perverter todas essas distinções.” Em suma, o testemunho por natureza se resguarda da ficção; ao mesmo tempo em que se deixa assombrar; parasitar por aquilo mesmo que exclui de seu foro interior: a possibilidade da “perversa literatura”.

Ora, a narrativa de *L’instant de ma mort* gira em torno de uma impossível frase – “*Estou morto*” – e, mais ainda, da “experiência não experimentada” – *expérience*

inéprouvée, sintagma blanchotiano por excelência – do morrer. Portanto, tratar-se-ia de uma indecível matéria ficcional, inverificável testemunho autobiográfico no qual o filósofo encontra como que silenciadas, sob a forma exemplar de uma paradoxal experiência da morte que aconteceu sem ter ocorrido, questões relativas à responsabilidade, à impossível atestação da verdade, à guarda do segredo, à desconfiança quanto aos acontecimentos, à relatividade de toda atestação, à possibilidade da ficção no interior mesmo do testemunho.

Seja como for, haveria um particular proveito reflexivo no fato de a narrativa blanchotiana dispor sobre um “limite indecível” a partilha entre ficção e testemunho. “Esse limite é uma chance e uma ameaça [...]”, estima Derrida (1998, p. 31), “[...] o recurso a um tempo do testemunho e da ficção literária, do direito e do não direito, da verdade e da não verdade, da veracidade e da mentira, da fidelidade e do perjúrio.” A leitura do filósofo engaja uma reflexão sobre o direito da literatura de dispor (e de decidir acerca) do que em sua ética do acontecimento Derrida chama as “virtualidades espectrais” e, por conseguinte, dispor das mentiras, perjúrios e fragmentações do verdadeiro que venham matizar todo testemunho real e responsável dos acontecimentos. Afinal, complementa Derrida (1998, p. 51), “[...] a literatura, por um acréscimo de ficção, outros diriam de mentira, passa por testemunho real e responsável da realidade histórica – sem por isso mesmo assiná-lo, pois que se trata de literatura e que o narrador não é o autor de uma autobiografia.”

A autorização para tudo dizer, ajuíza por fim Derrida (1998, p. 69), faz do literato “[...] alguém que não é responsável diante de ninguém, nem mesmo de si, e por qualquer de seus personagens ou caracteres, portanto, por tudo quanto tenha escrito, dito ou feito.” Essa autorização para tudo dizer implica no direito a uma não resposta absoluta. Essa não resposta possui o mérito maior de sua heterogeneidade em relação às modalidades do poder e do dever. Encontra-se aqui, sublinha Derrida (1995, p. 66), “uma condição hiperbólica da democracia”, em sua contrafação de “certo conceito determinado e historicamente limitado de democracia”, afeito à

[...] figura de um sujeito que é calculável, imputável e responsável, um sujeito-tendo-de-responder [*devant-répondre*], tendo-de-dizer [*devant-dire*] a verdade, tendo de testemunhar de acordo coma palavra jurada (“toda a verdade, nada mais que a verdade”), perante a lei [*devant la loi*], tendo de revelar o segredo [...].

Por força de uma palavra tornada inimputável por assumida irresponsabilidade, a leitura derridiana do acontecimento ficcionalizado assume o peso de algumas questões práticas, no sentido ético ou deontológico do termo, suscitadas pela desestabilização da dicotomia entre ficção e testemunho. Questões tais como: quais

os direitos da ficção literária frente ao documento não literário? Quem autoriza quem a desvelar algo de secreto numa obra pública? Qual a possibilidade de um testemunho secreto? Enfim, a quem pertence de direito o direito ao silêncio, para não dizer ao perjúrio, à ruptura com os critérios da responsabilidade?

*

A literatura “[...] guarda em reserva indecível aquilo mesmo que ela confessa, mostra, manifesta, exhibe, expõe à saciedade.” (DERRIDA, 2005, p. 36). Onde presenciamos o fascínio de Derrida por uma passagem tal como esta em *L’instant de ma mort*:

Sei – sei-o – que aquele em quem os alemães já miravam, esperando apenas a ordem final, experimentou então uma sensação de leveza extraordinária, uma espécie de beatitude (nada feliz, porém) – alegria soberana? o encontro da morte com a morte?

Em seu lugar, eu não tentaria analisar aquela sensação de leveza. Talvez ele houvesse se tornado subitamente invencível. Morto-imortal. Talvez o êxtase. Na realidade, o sentimento de compaixão pela humanidade sofredora, a felicidade de não ser imortal nem eterno. Desde então, viu-se ligado à morte por uma amizade sub-reptícia. (BLANCHOT, 1994, p. 10).

Derrida recomenda (1998, p. 81) que se faça aqui, “em silêncio”, justiça à pontuação. O anacoluto “Sei – sei-o –”, sem ponto de interrogação, destila um estremecimento da assertiva: o saber e sua indecisão. Pontos de interrogação então se multiplicam, mas há a omissão do verbo: “alegria soberana? o encontro da morte com a morte?”. Por fim, a locução adverbial “talvez”, que suspende toda asserção do narrador-testemunha: abordagem negativa/dubitativa do que resta a dizer. A soberania da alegria prevaleceria talvez, na morte mesma, sobre o poder opressor? “Morto-imortal. Talvez o êxtase.” Um léxico de ressonância mística, evocado pelo segredo mesmo e pela singularidade de uma experiência não experimentada: saída de si, beatitude, alegria, leveza, “talvez o êxtase”, diz a testemunha de si como um outro. O que impede o trabalho da análise procura por uma virtualidade aleatória em torno do discurso do possível “talvez”. Lê-se, então: “Em seu lugar, eu não tentaria analisar”. E, mais à frente: “Subsistia, porém, no instante em que o fuzilamento era uma mera expectativa, a sensação de leveza que eu não saberia traduzir.” (BLANCHOT, 1994, p. 11 e p. 16). Que instâncias, afinal, garantem-se frente ao que não é passível de análise ou tradução? A experiência testemunhada seria extrínseca à literatura? Por fim, surge o “sentimento de compaixão pela humanidade sofredora”, referendada por um suspeitíssimo “na realidade”. E o que permanece intraduzível diz-se ser o que “subsistia” no instante. Derrida (1998, p. 85) comenta:

[...] esse que foi eu não é mais o *ego cogito*; o “eu penso que acompanha todas as minhas representações” é somente uma forma vazia na qual nada reconheço, esse “eu” universal não era eu, o eu que vos fala, não mais posso responder do que foi, nem mesmo do que pensou ou ressentiu esse outro eu, mais outro que qualquer outro...

“Sei”, “Sei-o”, “Sei-o?”. “Sei, imagino”. Ao refletir o testemunho não mais *em relação ao* conceito de ficção, mas *a partir* dele, a partir do ausentar-se às próprias instâncias de veracidade, à própria singularidade, Derrida dá a pensar uma filiação insuspeita, secreta, quase que escandalosa, entre literatura e filosofia. Fato é que, deslocadas as fronteiras entre o real, o possível, o fictício e o provável, *L’instant de ma mort* mostra-se uma narrativa que põe à prova todas essas categorias e assina, por assim dizer, “[...] uma palavra pública [...] na ordem do que chamamos a ficção literária.” (DERRIDA, 1998, p. 54).

O que atestaria tal assinatura? Derrida (1998, p. 51) lembra que, na concepção clássica da atestação, na tradição jurídica, “[...] um testemunho não deve ser uma obra de arte nem uma ficção.” Vê-se como a narrativa de Blanchot desestabiliza, em um jogo tão desnordeante quanto perigoso, essas relações entre ficção e verdade autobiográfica, assim como aquelas “[...] do direito e do não direito, da verdade e da não verdade, da veracidade e da mentira, da fidelidade e do perjúrio.” (DERRIDA, 1998, p. 31). Razão, pois, para o filósofo se perguntar, para além de uma ficção de testemunho, acerca do testemunho de ficção, do testemunho em regime literário, do testemunho de um acontecimento real sob cobertura da ficção ou, inversamente, do uso do testemunho e, particularmente, da confissão de verdade, como simulacro literário.

Derrida permite supor que o recorte, a partição dos termos, é infinitamente mais complexa no plano literário que no plano jurídico. E lembra (DERRIDA, 1998, p. 58) que, desde *La folie du jour*, em 1949, Blanchot põe radicalmente em dúvida todo “conceito mesquinho do testemunho”, assim como opõe a todos os comissários de polícia, médicos e psiquiatras – mas também aos críticos literários e professores universitários, “incompetentes em sua suposta competência mesma”, todos organizadores do juízo, ministradores do diagnóstico, e que sempre procuram submeter a narrativa à lei do sentido –, diversa experiência, insólita, próxima da loucura e da morte.

Efetivamente, a experiência da morte em *L’instant de ma mort* faz de um ponto de suspensão um ponto de encontro “[...] entre o que está para acontecer e o que acaba de acontecer, entre o que virá e o que acaba de advir, entre o que vai e vem. Mas como o mesmo. A um tempo virtual e real, real como virtual.” (DERRIDA, 1998, p. 82). Suspensão literária e iminência suspensa. “Interrupção do morrer” e “último prazo suspensivo”: a última vez valeria ainda como a imagem mesma de Derrida leitor de Blanchot. Literalmente “na iminência” ou, antes, “em pendência”, em face

de uma literatura que, “apóstrofe suspensiva”, permite meditar sobre o “encontro da morte como antecipação da morte mesma”. Na impossibilidade de escrevê-lo como tal, de escrever um livro sobre um instante – *L’instant de ma mort* não seria propriamente um livro –, Blanchot procura escrever a partir da impossibilidade mesma do escrever, e testemunhar surdamente a incomensurabilidade entre o tempo do fantasma ou do simulacro ficcional (aquele da experiência testemunhal) e a cronologia objetiva e realista do mundo.

O que restaria então a ler? Algo que não se escreve, justamente, algo outro que não um “deitar fatos em escrita”, mas que permanece (*demeure*) submetido a uma ficção de testemunho. Algo cuja exigência de veracidade, de sinceridade ou de objetividade verifica-se desautorizada em face de uma “atestação impossível”, aquela da “experiência não experimentada daquele que morre”. Ora, o filósofo permite-se sustentar:

[...] é o acontecimento, portanto uma paixão – pois a experiência do que acontece deve ser paixão, exposição ao que não se vê vir e que não se saberia prever, dominar, calcular ou programar –, é *essa* paixão, tal como é descrita no instante de minha morte, que conduz a filosofia e torna possível a lógica especulativa. (DERRIDA, 1998, p. 122, grifo do autor).

Na narrativa blanchotiana sobreviver não se opõe a viver: a relação é diversa, lembra Derrida (1998, p. 60), não de identidade, mas de diferença. Na verdade, a literatura remete a filosofia à exploração de diversa temporalidade: aquela não crível de uma iminência do que sempre já passou. A se considerar a análise derridiana, haveria “[...] um tempo próprio do que se mantém, permanece (*demeure*) naquele instante de minha morte [...]”, lá onde a forma significante *demeure* joga com o que “morre” (*meurt*), com “a experiência não experimentada de quem morre”. A última frase de *L’Instant de ma mort* parece mesmo emblematizar esse “tempo próprio do que se mantém” à espera, em retração: “Somente permanece o sentimento de leveza que é a morte mesma ou, para dizê-lo mais precisamente, o instante de minha morte doravante sempre pendente.” (BLANCHOT, 1994, p. 20).

Não deixa de ser paradoxal essa menção à “morte mesma”. O que permanece é um “sentimento de leveza”, que não é um sintoma, ressalta Derrida; ou uma verdade, a morte mesma, o ser ou a essência ou o próprio da morte, do acontecimento mesmo, de si mesmo. Não há “a morte mesma”; há somente esse “mais precisamente”, como escreve Blanchot, a instância do instante de minha morte, a instância de minha morte doravante sempre em pendência, aguardando ser julgada, avaliada, valorada. Associação do “sempre” com o “doravante”; persistência do sempre, isto é, insistência ao longo do tempo, na duração de uma vida – a um tempo o tempo presente e a eternidade sem fim –, persistência aliada ao “doravante” que significa “a partir de agora e no futuro”, portanto “mais tarde”,

sempre mais tarde. Haveria aqui, ainda, algo que se termina sem precipitação. A literatura, como sempre sustentou Blanchot, nunca pode “acabar bem”, ela que, à semelhança de toda esterilidade romântica, só pode acabar mal, fim que se chama suicídio, loucura, decrepitude, esquecimento. Haveria, por fim, “um doravante que diz tudo”, e o que não é insignificante, algo da ordem de um *pathos*: “o sentimento de compaixão pela humanidade sofredora...”; ainda, um “[...] lamentar-se com o qual, como com os restos, como com um discurso, seria preciso saber encerrar.” (DERRIDA, 1998, p. 139).

Ao mostrar o funcionamento em evasiva da última frase da narrativa de Blanchot, Derrida faz como se o acontecimento de uma iminência diferida tornasse a narrativa derradeira de *L'instant de ma mort* “nova, inédita, singular e perturbadora”, ao mesmo tempo em que a repetição de tudo quanto Blanchot havia até então escrito. Anacronia singular do tempo. Talvez seja o que precisamente as últimas palavras de *L'instant de ma mort* procuram evocar: “[...] o *instante como instância* [...] nomeia a estrutura e a aporia do que não se deixa ser apropriado, o que não pertence propriamente a alguém, a *ninguém*.” (DE VRIES, 1998, p. 43, grifo do autor).

Não por acaso, a reflexão se conclui assumindo a necessidade de silenciar a filosófica leitura de Blanchot; a impossibilidade de uma experiência filosófica de tudo quanto se narra em *L'instant de ma mort*, em particular da “alegria soberana” no instante mesmo da morte, à qual, contudo, a literatura se entrega na plena irresponsabilidade, ela que assombra, como sua própria possibilidade, o testemunho dito veraz, responsável, sério, crível, real. Esse assombrar, conclui Derrida, talvez seja a paixão mesma, o lugar passional da literatura, como “direito incondicional de tudo dizer, a desobediência mesma”. Mesmo porque a literatura permanece sem essência ou substância, dependente de um “estatuto jurídico precário” (DERRIDA, 1998, p. 29-30).

Em enredo onde se mesclam paixão e testemunho, sob fundo de certa fantasmagoria, e de certa degenerescência, não surpreende que surja a alusão a uma carta enviada pelo próprio Blanchot a Derrida (1998, p. 109): documento, pois, supostamente veraz, prova material que atestaria de fora a realidade do acontecimento ocorrido, e orientaria a recepção do texto para uma leitura autobiográfica, testemunhal. Nessa carta o escritor afirmava: “20 julho. Há 50 anos, conheci a felicidade de quase ser fuzilado”. Conhecer a felicidade é, pois, viver um absoluto relativo, viver a relativização de um absoluto quando um decreto de morte, por exemplo, não põe fim ao morrer. O que significa exatamente que a felicidade é vivida num arrancamento a si como imposição: outro modo de dizer que o absoluto é relativo, pois que depende de circunstâncias exteriores, não de uma vontade própria. Consequentemente, escrever sua felicidade é tentar apesar de tudo (e apesar do paradoxo) se encontrar nessa ausência do sujeito a si mesmo, sem que esse reconhecimento seja uma reapropriação, mas, antes, uma abertura à

alteridade de cada qual – ou melhor, à sua capacidade de mover-se na imobilidade. Ler literariamente seria, pois, no sentido forte da expressão, tentar partilhar suas emoções de leitor (de si próprio), mas como um leitor “alterado”, por assim dizer, face à leitura, leitor afásico do Eu, capaz, por isso mesmo, de assumir a pulsão de morte que triunfa no ato da escrita não como um fato de “biografia”, mas como trunfo de uma tanatografia, de uma escrita que testemunha acerca de sua própria impossibilidade, de sua própria inoperância.

Não surpreende que a data mencionada por Blanchot na carta-documento, 20 de julho, mostre ser um derradeiro engodo. Modo sutil de confirmar o estatuto de ficção de *L’instant de ma mort* ou ao menos de sua natureza ambígua. E modo de lembrar que, entre o testemunho supostamente não literário e não fictício e um testemunho em regime literário, algo torna toda delimitação problemática: há testemunho não literário na narrativa, enquanto a ficção já joga seus sortilégios na carta privada. Assim, uma verdade se entretetece, uma verdade que não mais diz respeito necessariamente à realidade histórica, mas que remete ao registro nada transitivo da lembrança, da memória – onde viceja o regime dos tempos incomensuráveis, da objetividade e do fantasma ou simulacro ficcional –; mas também, lembra Derrida (1998, p. 77), da experiência testemunhal.

No acontecimento da morte uma partilha da finitude parece motivo particularmente deslocado: seja pela “cumplicidade perturbadora entre a ficção e o testemunho”, seja porque, como se viu, as categorias assim inquietadas, fragilizadas (sobretudo o paradigma vida/morte), decompõem os conceitos clássicos da atestação e da autobiografia. A literatura transpõe ficticiamente a dialética do impossível e do contingente (do empírico e do essencial) mobilizada por toda relação com a morte. Uma relação impossível com a morte, o impossível tornado possível enquanto impossível: eis o que torna “insensata” a narrativa para o escritor; eis o que desafia a análise para o filósofo. Possível/impossível: dois modos não necessariamente antitéticos em Derrida de se reportar ao que é Outro. A literatura, convocada na pontuação, muda de sua intencionalidade flutuante, presta-se assim a “confessar o inconfessável” (DERRIDA, 1998, p. 70 e p. 114), qual seja: que a tarefa do saber é impossível no tocante ao acontecer em sua irreducibilidade.

O que torna *L’instant de ma mort* uma narrativa tão silenciosa, secreta, na instância mesma da confissão e para além de toda confissão – pois a força dessa narrativa é aquela de mostrar a seu leitor como o testemunho é destinado a permanecer secreto, ainda que proferido (cf. DERRIDA, 1998, p. 32) –, o que então torna essa narrativa tão secreta é justamente a “experiência não experimentada” da morte. Pela singularidade dessa experiência não experimentada a literatura assume-se como o lugar mesmo do segredo. “Testemunhar um segredo, atestar que há segredo, mas sem revelar o coração do segredo [...]”; mas também “testemunhar a ausência de atestação”, atestar “um segredo que nem mesmo se pode deixar de guardar” (confissão de um segredo permanecido secreto): eis, como afirma Derrida

(1998, p. 33), o duplo sofrimento de uma mesma paixão: paixão da morte na vida, inenarrável tema de Blanchot; e paixão pela palavra capaz de testemunhar a favor do ausentar-se da palavra (atestada), intraduzível competência linguística de *L'instant de ma mort*.

FONTES FILHO, O. An undecidable discourse of the self, between fiction and testimony: regarding Derrida's reading of Blanchot. **Itinerários**, Araraquara, n. 40, p. 29-43, jan./jun., 2015.

■ **ABSTRACT:** *In Derrida's literary readings the thought "suffers" from the stylistic alterities and detours. In consequence, the philosopher seems particularly concerned with L'instant de ma mort, Blanchot's elliptical narrative that relies on the untranslatable testimony about a (non)experience one cannot claim as one's own. The truthful testimony, haunted by a literary fiction – in which Derrida calls "the passionate place of literary writing" –, implies some breaking of the rules of autobiographical attestation. The requirement of truthfulness, honesty or objectivity of the authorial voice appears subjected to a disturbing complicity between fiction and testimony. This paper examines in Demeure (1998) Derrida's hermeneutical examination of what is beyond confession in Blanchot's discourse of the self; it thereby intends to point out some events of aphasia on autobiographical voice.*

■ **KEYWORDS:** *Jacques Derrida. Maurice Blanchot. Testimony. Fiction. Discourse of the self.*

REFERÊNCIAS

ARTOUS-BOUVET, G. L'Autre texte: Derrida lecteur du littéraire. **Fabula: Littérature, Histoire, Théorie**, Paris, n. 1, fev. 2006. Disponível em: <<http://www.fabula.org/lht/1/Artous-Bouvet.html>>. Acesso em: 20 out. 2014.

BLANCHOT, M. **L'Écriture du désastre**. Paris: Gallimard, 1980.

_____. **L'instant de ma mort**. Montpellier: Fata Morgana, 1994.

_____. O instante da minha morte. Tradução de André Telles. **Serrote**, São Paulo, n. 6, p. 209-211, 2010.

DE VRIES, H. "Lapsus absolu": notes on Maurice Blanchot's The instant of my death. **Yale French Studies**, n. 93, p. 30-59, 1998.

DERRIDA, J. Passions: "An oblique offering". In: _____. **On the name**. Translated by David Wood. Stanford: Stanford University Press, 1995. p. 3-31.

_____. **Demeure**: Maurice Blanchot. Paris: Galilée, 1998.

_____. **Gêneses, genealogias, gêneros e o gênio**. Tradução de Eliane Lisboa. Porto Alegre: Sulina, 2005.

_____. Uma certa possibilidade impossível de dizer o acontecimento. Tradução de Piero Eyben. **Cerrados**, Brasília, v. 21, n. 33, p. 228-251, 2012.

TOUDOIRE-SURLAPIERRE, F. Derrida, Blanchot, “Peut-être l’extase”. **Fabula: Littérature, Histoire, Théorie**, Paris, n. 1, fev. 2006. Disponível em: <<http://www.fabula.org/lht/1/Toudoire-Surlapierre.html>>. Acesso em: 20 out. 2014.

Recebido em 31/10/2014

Aceito para publicação em 12/15/2015

